

"DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA... MONARQUIA: AÇÃO IMPERIAL PATRIANOVISTA E AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA - CHOQUES E CONSONÂNCIAS"

Por *Felipe A. Cazetta*[i]

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos da Ação Imperial Patrianovista – AIPB - (movimento monárquico surgido em 1928, encerrou atividades em 1937, retomando-as no pós-1945). Além deste, tem-se como outro foco o exame de algumas características da AIPB, mantidas pela Ação Integralistas Brasileira (AIB) – movimento de massas e de extrema-direita vigente entre os anos de 1932 e 1937, influenciado pela ideologia fascista. A contribuição não se fará enquanto originalidade do objeto, haja vista a relação entre AIPB ser constatada por estudos anteriores. No entanto, pretende-se apresentar análise de fontes, salvo melhor juízo, pouco trabalhadas pelas investigações precedentes.

Palavras-chave: Ação Imperial Patrianovista Brasileira; Ação Integralista Brasileira; Autoritarismo.

O exame proposto por esse artigo tem como objetivo a comparação entre a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB) e a Ação Integralista Brasileira, em seus campos teóricos e doutrinários. O foco se concentrará na teoria e na ideologia dos dois movimentos.

O interesse está voltado aqui para os pontos de consonância e ruídos entre os dois grupos, ao longo de suas atuações legais. Portanto, serão analisados documentos compreendidos entre os anos de 1932 e 1937 – quando ocorreu o fechamento das organizações partidárias, através do decreto de Vargas – entre estas a AIPB e a AIB -, com a inauguração do Estado Novo.

Serão examinadas também, fontes pertencentes à re-abertura da AIPB, após 1945. Nestes documentos se constata referências (em panfletos e boletins mensais), recuperando estatutos e doutrinas provenientes da primeira fase do movimento monárquico (correspondente ao período de 1928-1937) liderado por Arlindo Veiga dos Santos.

De início, declara-se aqui que o tema não é original. Hélió Trindade, ainda em 1974, teceu análises sobre a influência patrianovista no edifício teórico integralista[ii].

No entanto, feitas as devidas ressalvas[iii], o movimento monárquico dirigido por Arlindo Veiga dos Santos foi injustamente entregue ao exílio historiográfico. Surpreende-se pelo baixo número de trabalhos acadêmicos voltados ao movimento de extrema-direita, monarquista, fundado entre o final dos anos 1920 e início da década de 1930, liderado por um intelectual negro simpático à ideologia nazi-fascista.[iv]

Parte da justificativa para o rarefeito índice de pesquisas sobre o assunto é encontrada na dificuldade de rastrear as fontes relacionadas ao tema. Este artigo não foi poupado destas adversidades, visto que o material encontrado - relacionado ao patrianovismo - diz respeito somente a uma parte da segunda fase do movimento. Estes documentos (boletins e panfletos, majoritariamente), concentrados entre os anos de 1945 e 1964, estão no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (SP)[v].

Este aspecto não inviabiliza a análise teórica do movimento de Arlindo Veiga dos Santos. Ciente dos limites documentais em relação AIPB (restritos ao período de 1945 a 1964) a operação comparativa com a AIB pode parecer anacrônica - sabendo que o movimento dirigido por Plínio Salgado manteve-se legalmente ativo entre os anos de 1932 e 1937.

No entanto, as fontes referentes à AIPB fazem referência à sua primeira fase com relativa frequência, no intuito de restabelecer a força vista nos anos 1930. Deste modo, mantendo os devidos cuidados em função da atualização teórica exercida pelo movimento de Arlindo Veiga, a comparação é tem sua validade. Era imperativa à AIPB a atualização de suas pregações para manter a fidelidade dos antigos membros. No entanto, teria de fazer-se coerente com o arcabouço de sua fase anterior, no intuito de evitar a evasão dos integrantes da primeira fase. Assim, tecia-se o elo encontrado entre memória e cultura política, ao retomar atividades.

Para Michael Pollak a memória coletiva “(...) não pode mudar de direção brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer nessa nova imagem, (...).”[vi] Deste modo, nos boletins e panfletos encontrados no APHRC, mesmo iniciando-se após 1945, há referências aos estatutos de 1928 e 1932 (o primeiro, responsável pela criação do movimento patrianovista, sob denominação de Centro

Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova; o segundo estabelecendo nova referência ao grupo, Ação Imperial Patrianovista Brasileira).

Feitos estes apontamentos iniciais sobre a AIPB, passa-se ao próximo ponto. É conhecida a origem do integralismo brasileiro através da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) fundada em 1932, em São Paulo. Nas palavras de Plínio Salgado – chefe da AIB – os membros da SEP “Seriam os apóstolos do Integralismo, que iam sendo preparados para o mister, sem o perceberem.”[vii]

Esta organização colocou em contato lideranças de extrema-direita de várias regiões do país, embora não tenha havido correlação total entre os membros da SEP e os integrantes da AIB (caso de Candido Motta Filho, membro da SEP que recusou a filiar-se à AIB)[viii], tal como apresentado por Salgado. No ano de criação da SEP, 1932, a formação patrianovista, já contava com quatro anos de atuação.

O movimento, assim como a SEP, surge na cidade de São Paulo. Sob liderança de Arlindo Veiga dos Santos, o patrianovismo possuía como características a ideologia de extrema-direita, com suporte no projeto de Estado centralizador, calcado no corporativismo, e a feição antiliberal.

Deste modo, seu líder esteve entre os fundadores da Sociedade que gerou a AIB. Na SEP, Arlindo Veiga permaneceu até o início da segunda metade de 1932.[ix] Divisor comum entre Plínio Salgado (fundador e chefe nacional da AIB) e o criador da AIPB era, além da postura de direita extremista e críticas ao liberalismo, o catolicismo inerente às suas concepções teóricas e políticas.

Este aspecto, em Veiga dos Santos levou-o a participar, também, do Centro Dom Vital e a colaborar com a revista A Ordem. Tais órgãos do laicato católico foram criados nos primeiros anos da década de 1920. Possuíam o intuito de mobilizar a intelectualidade a elaborar projetos visando recuperar o espaço social e político perdido pela Igreja.

Este esforço foi uma reação à proclamação da República e à ruptura do pacto entre o Trono e a Cruz, firmado no período monárquico. Assim sendo, Arlindo Veiga Santos relacionava o declínio da nacionalidade a partir da adoção do regime liberal e republicano. Deste modo, o patrianovismo era revestido pelo tradicionalismo, no intuito

de retornar ao passado colonial – onde a Igreja ocupou, segundo os escritos do autor, posição privilegiada nos assuntos políticos e sociais.

As páginas dos periódicos associados a Arlindo Veiga dos Santos mantinham combate ao liberalismo e à democracia, re-criando narrativa histórica em torno do período colonial. Neste recorte da história do Brasil, “(...) a vida municipal se entende como vizinhos que se estimam, se entreadjudam e conspiram todos para o bem comum, (...)” No entanto, com o advento da República, “A norma era a divisão do povo, explorado, em sua ingenuidade pelo partido único, apenas nominalmente diferenciado em tôdas as províncias.”[x]

Deste modo, a população seria enganada pelos partidos democráticos, que defendiam o princípio liberal. Diante das agremiações partidárias – sempre segundo Veiga dos Santos – defenderem o liberalismo político, estas não passariam de um mesmo partido disposto em várias províncias. Na citação acima, transparece o aristocratismo intelectual de Veiga dos Santos, diante da apresentação da ingenuidade como aspecto predominante ao povo.

Visando sanar a deterioração do país, promovida pela República e pela democracia liberal, Arlindo Veiga fixou as bases da AIPB na família e na monarquia. No entanto, esta última teria de assumir o formato orgânico. Deste modo, o que se propunha era a monarquia corporativista.

A rejeição à monarquia constitucional encontrava-se explícita:

A Monarquia que nascesse do conluio de um partido pretendo “monárquico” morreria do conluio de partidos.

Não aceitamos tal monarquia. Se a quiséssemos, já a teríamos feito há muito tempo.

A verdadeira Monarquia Integral orgânica terá de nascer das forças vivas da Nação, (...).[xi]

A opção para se retirar o Brasil dos problemas encontrados na República, estaria na instauração do Império Orgânico. As bases deste projeto retomavam ao período

colonial. Neste momento histórico se teria “expurgado dos velhos erros acidentais” presentes a partir de 1822[xii].

No projeto sustentado por Arlindo Veiga dos Santos, transpareciam as influências advindas da França e de Portugal, respectivamente da L’Action Française (AF) e do Integralismo Lusitano (IL). Ambos os movimentos europeus possuíam raízes no monarquismo antiliberal, denominado orgânico. Além disto, escoravam suas doutrinas e posicionamentos ideológicos em interpretações autoritárias acerca do cristianismo, advogando em prol de projetos tradicionalistas de nacionalismo político.

Portanto, ao condenar a democracia, o líder da AIPB apresenta seus ataques em termos próximos aos utilizados por Charles Maurras, dirigente da AF. Em artigo de 1955 Arlindo Veiga escreve: “A democracia é na realidade o regimen do carro adiante dos bois e dos bois dirigindo o boiadeiro.”[xiii]. Trecho este que aproxima-se do existente em Enquête sur la Monarchie, onde Maurras expunha: “Mais la Republique ou la volonté nationale d’abord, cela mettait la charrue avant les boeufs, faisait dependre le superieur de l’inferieur, le commandent de l’obéissance: (...)”[xiv]

O IL foi movimento calcado em bases da Tradição e defensor da monarquia orgânica, igualmente, influenciou a AIPB. Arlindo Veiga dos Santos, respaldando-se na tradição como base para o progresso do país, em MONARQUIA apresentava:

Toda política verdadeira se funda na Tradição. Isso não quer dizer que seja fósil e retrógrada como dizem os agentes da anti-nação. A Tradição é a base para o progresso real, pois é acervo de valores espirituais realistas que plasmavam na lama da Nação através de sua formação histórica.[xv]

Em sua defesa da Tradição, nestes termos, discernia-a do saudosismo, ou do imobilismo em relação ao desenvolvimento do país. Ao contrário, afirmava-a como pilar para o progresso do Brasil, por ser a responsável pela manutenção dos verdadeiros laços identitários do país.

Próximo a esta argumentação estiveram as palavras de António Sardinha, principal mentor intelectual do IL. Em defesa da tradição, o português a enxerga não como “passadismo”, mas como elemento norteador para o futuro, justamente por

preservar as raízes do Portugal medieval. Deste modo, Sardinha fornece à Tradição aspectos de dinamismo, mas também continuidade.

Filosófica e historicamente nosso conceito de tradição equivale a dinamismo e continuidade. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa idéia saudosista da sociedade que foi ou das gerações que passaram. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas deste instante de febre, olhamos o futuro com um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo do que é a actualidade tão horizontal e espessa em que vivemos.[xvi]

Outro vetor de aproximação entre o IL e a AIPB eram os projetos de Estado apresentados por ambos. Os movimentos eram adeptos do corporativismo enquanto forma ideal de organização política, social e econômica. Chama-se a atenção à semelhança dos termos utilizados por António Sardinha e por Arlindo Veiga na defesa de suas respectivas propostas.

Em Aliança Peninsular (primeira edição de 1924), António Sardinha defendia o Estado antiparlamentar em seu formato tradicional. Neste projeto político, a administração seria descentralizada, através do municipalismo. Porém, tal situação administrativa, não se encontraria em assuntos políticos, pois o poder estaria centralizado nas mãos do monarca. Portanto, a fórmula seria: Estado centralizado politicamente, mas descongestionado administrativamente:

Nuevo Estado en la pátria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario y descentralizado, tan fuerte y unitário en lo político propiamente dicho como descongestionado y simplificado en lo económico y administrativo.[xvii]

Em defesa de seu formato de Império Orgânico Arlindo Veiga dos Santos, em estatuto de 1928, estabelecia a descentralização administrativa como projeto de organização estatal, através da autonomia dos municípios. É necessário firmar que esta autonomia não dizia respeito aos assuntos políticos, sendo estes, tal como disposto nas propostas do IL, concentrados na figura do rei. Deste modo, mantinha o modelo sustentado por António Sardinha, ou seja:

Nova Divisão Administrativa – Concentração Política e Descentralização Administrativa. Capital no Centro do Império: Divisão do País em províncias menores puramente administrativas. Educação contra o mau espírito

regionalista e a favor do Município, célula do Estado Imperial –
Fundamentação em bases sólidas da Unidade Nacional, sem prejuízo das
legítimas liberdades provinciais e, sobretudo, da Autonomia dos Municípios,
células políticas do Estado Imperial, (...).[xviii]

A influência destes dois movimentos (IL e AIPB) se fez presente na doutrina da
Ação Integralista Brasileira (AIB). Ao delinear as propostas (através da seção “O QUE
QUER O INTEGRALISMO”) para o Estado Integral, há na pauta apresentada pelo
Monitor Integralista (órgão oficial de divulgação, utilizado pela chefia do movimento) a
configuração do Estado corporativo.

Novamente, encontra-se o formato de centralização política e descentralização
administrativa, sendo esta sustentada pelos municípios:

UNIDADE INTEGRAL DO BRASIL, centralização política e
descentralização administrativa mantida pelos municípios, onde os sindicatos
elegem o Conselho Municipal e este indica o Prefeito ao orgam tecnico
provincial (e NÃO 21 patrias diferentes, onde as olygarchias plutocráticas e
vorazes começam a inocular no coração dos brasileiros o vírus de
separatismo.)[xix]

Assim como ocorreu no movimento conduzido por Veiga dos Santos, a AIB
rejeitava a democracia e o parlamentarismo, por considerá-los os promotores do “Estado
Liberal-democrático, acirrador de ódios entre irmãos, caudilhesco, regionalista-
separatista” [xx]. Ainda que o movimento de Arlindo Veiga fosse monarquista e AIB
mantivesse a República enquanto opção de regime (embora não por decisão imediata à
sua formação), estes pontos não inviabilizaram o contato entre os dois grupos de
extrema-direita.

Assim como visto acima, em relação à AIPB, Plínio Salgado – chefe da AIB –
acreditava que a essência da nacionalidade brasileira estaria situada no período colonial,
denominando este de “democracia colonial”, porém, sua definição fugia das fronteiras
políticas. Neste ideário sustentado por Salgado, não existiriam restrições sociais e entre
nobres e plebeus.

Nesta realidade, a municipalidade exerceria a autoridade, embora as fronteiras
“nacionais” não se diluíssem na luta entre partidos oligárquicos, tal como ocorria,
segundo Plínio Salgado, no contexto das primeiras décadas do século XX.

Não se verificava na Colônia, nenhum sentimento de exclusivismo de casta, nenhum orgulho de origem. Misturavam-se nobres e plebeus porque todos se uniam para a grande aventura da América. O caráter absorvente da autoridade local, que se alteava quase discricionária, escapando a vigilância dos capitães-generais e dos governadores-gerais, não era um índice antidemocrático. Pelo contrário, era um individualismo exacerbado, que se era o espírito que iria dominar mais tarde o século XVIII e XIX.[xxi]

Embora as consonâncias sejam evidentes entre os movimentos de Arlindo Veiga e Plínio Salgado, a relação não foi isenta de ruídos. Conforme apresenta Hélgio Trindade, as rupturas começam a se evidenciar em 1932, com declarações de Miguel Reale – Secretário Nacional do Departamento de Doutrina da AIB –, presentes em sua obra *A Posição do Integralismo, favoráveis à república*[xxii].

A AIPB não possuía características de movimento de massas, sendo considerado por Petrônio Domingues “(...) um movimento nitidamente vanguardista”[xxiii]. Seus discursos não conseguiam acesso às camadas populares. Embora sustentasse a baixa mobilização popular, Arlindo Veiga investiu no contato com a Frente Negra Brasileira (movimento de proteção e reivindicação dos direitos dos negros no Brasil, com características extremistas, tais como a uniformização de seus militantes, a figura do líder onipotente e a organização rígida e hierarquizada) no intuito de arregimentar os elementos daquele movimento à causa monárquica, porém, sem grande sucesso.

Ainda sim, a AIPB mantinha em seus quadros formação miliciana armada, voltadas a combater ideologias de esquerda. Deste modo, os integralistas possuíam, entre outros adversários, o patrianovismo, na disputa pelo lugar de oponente do comunismo. Ainda que colocado lado a lado ao contingente da AIB, o movimento de Arlindo Veiga fosse quantitativamente inexpressivo, possuía símbolos, ritos e práticas semelhantes às vista entre os integralistas.

Tal como o “Anauê!” do movimento de Plínio Salgado, os parianovistas mantinham saudação, onde se identificavam enquanto membros de um grupo. Esta se constituía pelo braço direito levemente erguido, com os dedos polegar, indicador e médio levantados. Este gesto era acompanhado de saudação oral: “Glória” que, segundo Petrônio Domingues, era uma contração do termo “Glória a Santíssima Trindade!”[xxiv] Conforme dito, ainda que bastante inferior numericamente, em relação

à AIB, este aparato simbólico-gestual apontava para relações de identidade e sociabilidade, semelhantes - embora de forma incipiente - às vistas entre os integralistas.

Outro vetor de rivalidade com a AIB esteve na concorrência retórica pelo pioneirismo em se organizar um movimento de proporções nacionais. Demonstrativo deste aspecto é a frase lançada pelo boletim A Monarquia, de setembro de 1955, onde se encontrava: “Chamou-se PÁTRIA-NOVA êsse escol. Tornou-se, já em 1932 o 1º movimento político nacional, unitário do Brasil.”[xxv]

Deste modo, colocava seu movimento em vantagem em relação à AIB e tecia provocação, em relação à afirmação de Salgado: “Desafiamos quem nos aponte outra organização semelhante que abranja toda a extensão territorial da Pátria e congregue maior número de brasileiros.”[xxvi]

Em suma, observou-se que o aparato teórico-doutrinário da AIB buscou influências de diversas fontes, sejam elas nacionais, europeias ou provenientes de outras nacionalidades. Entre estas influências esteve a teoria da AIPB. Por outro lado, foi um dos objetivos das análises aqui dispostas, demonstrar a potencialidade no campo das pesquisas, presente no objeto Ação Imperial Patrianovista Brasileira.

O movimento manteve diálogos com grupos conservadores europeus, tais como l’Action Française e o Integralismo Lusitano, quando estes começaram a adquirir projeção política. Assim, o fundador e líder da AIPB buscou apropriar-se das bases do conservadorismo provenientes daqueles movimentos. A partir desta iniciativa, influenciou na constituição teórica da AIB, mesmo diante da recusa do integralismo brasileiro ao monarquismo enquanto regime. Outro ponto que distanciou a AIPB da AIB foi a rejeição do movimento de Plínio Salgado em aderir à formação confessional.

Deste modo foi interesse deste trabalho evidenciar as potencialidades de análise, contidas no movimento liderado por Arlindo Veiga dos Santos, sendo este um personagem histórico negro, inserido nos espaços de sociabilidade intelectual – visto que colaborava com a revista do laicato católico A Ordem e inseriu-se no Centro Dom Vital, reconhecidamente o local de encontro da intelectualidade católica. Por outro lado, possuía projetos monárquicos e de extrema-direita, onde revelava sua afinidade aos

fascismos.

Notas

[i] Felipe Cazetta é doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objeto de pesquisa é o integralismo (dividindo análise entre o Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira), com o título da dissertação: FASCISMOS E AUTORITARISMOS: “A CRUZ, A SUÁSTICA E O CABOCLO - FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO DE PLÍNIO SALGADO – 1932-1945”. Responde pelo e-mail: felipecazetta@yahoo.com.br

[ii] Cf.: TRINDADE, Hégio. Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 1930). São Paulo: Difel/ Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. p. 122-124.

[iii] Entre as pesquisas recentes, dividindo-se entre a figura de Arlindo Veiga dos Santos e seu movimento (a AIPB) podem ser citadas: DOMINGUES, Petrônio. “Veiga dos Santos (1902-1978: ‘Viva a nova monarquia brasileira; viva Dom Pedro III!’.” In. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº. 36, p. 517-536, Jul./Dez, 2006; FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. “A Trajetória de Veiga dos Santos e Correia Leite: dissensos e convergências na militância negra dos anos 1930.” In. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005; MALATIAN, Teresa Maria. A ação imperial patrianovista brasileira. São Paulo: dissertação de mestrado em História para a PUC/SP, 1978; MALATIAN, Teresa Maria. Império e Missão. Um novo monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

[iv] DOMINGUES, Petrônio. Op.cit. p. 528.

[v] Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHPC). Fundo Plínio Salgado (FPS) cx. 134.040; FPS, cx. 143.009.

[vi] POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989. p. 10.

[vii] SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação. In. Obras Completas. Vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 23.

[viii] TRINDADE, Héglio. op.cit., p. 127.

[ix] DOMINGUES, Petrônio. Op.cit. p. 526.

[x] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: caixa postal 8503. número 1, Director e Chefe Geral Patrianovista: Arlindo Veiga dos Santos, 1955. p. 1. (grifo do original). APHRC/FPS - cx: 134.040.

[xi] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. Ano II, n. 10. São Paulo: Setembro-Outubro de 1956. Director: Arlindo Veiga dos Santos. Redactor Chefe: Arlindo Batista Pereira. p. 3. APHRC/FPS - cx: 134.040.

[xii] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: caixa postal 8503. número 1, Director e Chefe Geral Patrianovista: Arlindo Veiga dos Santos, 1955. p. 1. (grifo do original). APHRC/FPS - cx: 134.040. p. 3.

[xiii] “Democracia”. In. MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: Outubro de 1955. Director: Arlindo Veiga dos Santos. Redactor Chefe: Arlindo Batista Pereira. n. 3. p. 2. APHRC/FPS - cx: 134.040.

[xiv] [“Mas a República ou a vontade nacional a princípio, colocava a carroça na frente dos bois fazia depender o superior do inferior, o comandante de seu subordinado.” (Tradução minha). MAURRAS, Charles. Enquête sur la Monarchie. 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 1925. p. XC. (grifo do original).

[xv] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há UNIÃO NACIONAL. Ano IV, n. 22. Director: Arlindo Veiga dos Santos. Redactor Chefe: Arlindo Batista Pereira. São Paulo: Setembro- Outubro de 1958. p. 3. APHRC/FPS - cx: 134.040.

[xvi] SARDINHA, António. Ao Ritmo da Ampulheta. 2ª ed. Lisboa: qp, 1978. p. 22. (grifo do original).

[xvii] _____. La Alianza Peninsular. Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santinbañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930. p. 323. (Grifo do Original).

[xviii] PROGRAMA PATRIONOVISTA – ESTATUTO DE 1928. in. MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: caixa postal 8503. número 1, Director e Chefe Geral Patrianovista: Arlindo Veiga dos Santos, 1955. p. 4. (Grifo do original). APHRC/FPS - cx: 134.040.

[xix] MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. ANNO II. n. 5. Segunda quinzena de Fevereiro de 1934. (Negrito do original). APHRC-FPS: cx: 131.021-131.038.

[xx] SALGADO, Plínio. “Páginas de Ontem” (p. 169-264). In. Obras Completas. Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 206.

[xxi] SALGADO, Plínio. Psicologia da Revolução. In. Obras Completas. Vol.7 São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 147-148.

[xxii] TRINDADE, Hégio. op.cit., p. 127.

[xxiii] DOMINGUES, Petrônio. op.cit. p. 526.

[xxiv] Idem, p. 524-524.

[xxv] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. Redactor-chefe: Arlindo Baptista Pereira. São Paulo, setembro de 1955. Ano I: caixa postal 8503. p. 1. APHRC/FPS - cx: 134.040

[xxvi] SALGADO, Plínio. Páginas de Ontem. In. Obras Completas. Vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955 (primeira edição de 1935). P. 196.